

tório, de carácter eliminatório, acrescido de um facultativo, a saber: Avaliação Curricular e Entrevista Profissional de Selecção, nos termos dos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, respectivamente.

11 — De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta da primeira reunião do júri do procedimento concursal, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

12 — As classificações serão expressas numa escala de 0 a 20 valores, sendo que a classificação final resultará da média aritmética das classificações obtidas em cada método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores na fase eliminatória ou na classificação final.

13 — Formalização das candidaturas: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do ICNB, I. P. e entregue pessoalmente ou remetido por correio registado, com aviso de recepção, para o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., sito na Rua de Santa Marta, 55, 1169 — 230 Lisboa, no prazo de 10 dias úteis contados da publicação do presente aviso.

13.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, data de nascimento, número e data de validade do bilhete de identidade/cartão de cidadão, número de identificação fiscal, residência, código postal e telefone de contacto);

b) Identificação da categoria detida, com indicação do respectivo nível, organismo a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria e carreira;

c) Identificação do concurso, com referência ao posto de trabalho a que concorre, bem como ao número e data do presente aviso;

d) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13.2 — O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, da apresentação dos seguintes documentos referentes aos requisitos especiais:

a) Fotocópia do Bilhete de Identidade/cartão de cidadão;

b) *Curriculum vitae* detalhado, actualizado, datado e assinado pelo candidato, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes, e, bem assim, a formação profissional detida (acções de formação, estágios, especializações, etc.);

c) Documento comprovativo das habilitações literárias (incluindo a estrutura curricular da licenciatura, salvo se esta for em Engenharia informática, Tecnologia da Informação e Comunicação ou Informática de Gestão);

d) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação;

e) Declaração actualizada, passada pelo organismo de origem, da qual conste, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria detida, a antiguidade na actual categoria, na carreira e na administração pública e avaliação de desempenho dos últimos três anos;

f) Declaração do conteúdo funcional, actualizada e passada pelo organismo em que presta serviço.

14 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

15 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas no Departamento de Finanças e Gestão Administrativa do ICNB, I. P., sito na Rua de Santa Marta, 55, 2.º piso, 1169-230 Lisboa.

27-07-2011. — O Presidente, *Tito Rosa*.

204964348

Despacho (extracto) n.º 9588/2011

Faz-se público que, por acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul de 25.11.2010, foram anulados os despachos de 04.05.2004 e 19.05.2004 do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, de aplicação da pena de repreensão escrita a Celso Costa Ferreira dos Santos e de cessação da sua comissão de serviço como director do Parque Natural da Arrábida e presidente da Comissão instaladora da Reserva Natural do Estuário do Sado.

21/06/2011. — O Presidente, *Tito Rosa*.

204964389

Despacho n.º 9589/2011

De acordo com o Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de Abril, que estabelece a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., cabe a este Instituto assegurar as funções de autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, podendo, por força do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho (que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade), cobrar taxas pela disponibilização concreta e efectiva de quaisquer outros bens ou serviços.

Actualmente são cobrados preços pela utilização do património da titularidade ou sob gestão do ICNB, sendo que, atenta a dispersão geográfica da sua área de actuação e as especificidades das diferentes áreas classificadas, nem sempre a fixação daqueles valores se tem verificado segundo critérios uniformes.

Tendo por objectivo essa uniformização, assim como recolher num único documento os diversos preços praticados, justifica-se a publicação do presente despacho.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março, determino:

1.º São aprovadas as tabelas dos preços, e respectivas reduções, devidos pela utilização do património da titularidade ou sob gestão do ICNB constantes dos anexos I a V ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

2.º Os valores previstos nos anexos I a IV ao presente despacho são actualizados automaticamente, todos os anos, no mês de Janeiro, por aplicação do índice de preços no consumidor, excluindo a habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, arredondando-se o resultado obtido para a casa decimal superior.

3.º O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

22 de Junho de 2011. — O Presidente, *Tito Rosa*.

ANEXO I

Cedência de utilização de auditórios e salas polivalentes

DGAC	Área Protegida	Auditórios/Salas Polivalentes	Número de lugares	Dias úteis: 9h — 18 h	Dias úteis: 18h — 24h	Fins-de-semana e Feriados: 9h — 18h
Norte	Parque Nacional da Peneda-Gerês.	Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro	90	120 €	130 €	160 €
	Parque Natural do Alvão	Centro de Informação e Interpretação de Vila Real. . .	63	80 €	90 €	105 €
	Parque Natural do Alvão	Centro de Informação e Interpretação de Mondim de Basto.	36	40 €	50 €	60 €
Sul	Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.	Centro de Interpretação de Odemira	70	90 €	Não aplicável	Não aplicável

DGAC	Área Protegida	Auditórios/Salas Polivalentes	Número de lugares	Dias úteis: 9h — 18 h	Dias úteis: 18h — 24h	Fins-de-semana e Feriados: 9h — 18h
	Parque Natural do Vale do Guadiana.	Centro de Interpretação e Divulgação da Casa do Lanternim — Mértola.	40	120 €	155 €	155 €
	Parque Natural da Ria Formosa.	Centro de Educação Ambiental de Marim — Olhão	254	325 €/205€*	490€/365€*	490€/365€*
		Centro de Educação Ambiental de Marim — Olhão — Sala 1.	25	90 €	90 €	120 €
		Centro de Educação Ambiental de Marim — Olhão — Sala 2.	20	90 €	90 €	120 €

* valores a aplicar entre 1 de Junho e 30 de Setembro

DGAC	Área Protegida	Auditórios/Salas Polivalentes	Número de lugares	Dias úteis: 9h — 18 h	Dias úteis: 18h — 24h	Fins-de-semana e Feriados: 9h — 18h
Centro e Alto Alentejo.	Parque Natural da Serra da Estrela.	Centro de Informação de Manteigas	33	25 €	Não aplicável	40€
		Centro de Informação de Gouveia	40	25 €	Não aplicável	40€
		Centro de Informação de Seia	30	25 €	Não aplicável	40€
		Centro de Informação da Guarda	30	25 €	Não aplicável	40€
	Parque Natural da Serra de São Mamede.	Centro de Interpretação da Qtª dos Olhos d'Água. . .	70	25 €	Não aplicável	40€
	Reserva Natural da Serra da Malcata.	Centro de Interpretação Ambiental de Penamacor . . .	48	25 €	Não aplicável	40€
		Centro de Educação Ambiental Srª da Graça — Sabugal.	48	40 €	Não aplicável	50 €
	Paisagem Protegida da Serra do Açor.	Centro de Interpretação Ambiental da Mata da Margaraça — Arganil.	20	25 €	Não aplicável	40€

DGAC	Área Protegida	Auditórios/Salas Polivalentes	Número de lugares	Dias úteis: 9h — 18 h	Dias úteis: 18h — 24h	Fins-de-semana e Feriados: 9h — 18h
Litoral de Lisboa e Oeste.	Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.	Centro de Interpretação de Rio Maior	55	40 €	Não aplicável	Não aplicável
		Ecoteca de Porto de Mós	60	40 €	60 €	75 €
		Centro de Exposições de Mira de Aire	80	25 €	40 €	50 €
	Paisagem Protegida da Arriba Fóssil C. Caparica.	Centro de Interpretação da Mata Nacional dos Me-dos — Fonte da Telha.	25	25 €	Não aplicável	40 €

DGAC	Área Protegida	Auditórios/Salas Polivalentes	Número de lugares	Dias úteis: 9h — 18 h	Dias úteis: 18h — 24h	Fins-de-semana e Feriados: 9h — 18h
Zonas húmidas	Reserva Natural do Estuário do Tejo.	Centro de Interpretação de Alcochete	40	80 €	Não aplicável	Não aplicável
		Centro de Interpretação de Alcochete — Sala de exposições polivalente.	30	65 €	Não aplicável	Não aplicável
	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim V. R. S. António.	Centro de Interpretação da Reserva Natural Sapal CMVRSa.	80	40 €	65 €	75 €

DGAC	Área Protegida	Auditórios/Salas Polivalentes	Número de lugares	Dias úteis: 9h — 18 h	Dias úteis: 18h — 24h	Fins-de-semana e Feriados: 9h — 18h
	Reserva Natural do Estuário do Sado.	Herdade da Mourisca — (Gâmbia — Pontes — Alto da Guerra) — Sala exposições polivalente (Moinho).	25	40 €	Não aplicável	Não aplicável
		Herdade da Mourisca — Sala polivalente (Moinho/ Sala Moagem).	30	40 €	Não aplicável	Não aplicável
		Herdade da Mourisca — Sala polivalente (Padaria)	20	40 €	Não aplicável	Não aplicável
		Herdade da Mourisca — Sala polivalente (Armazém)	60	80 €	Não aplicável	Não aplicável
	Reserva Natural do Paul de Arzila.	Centro de Interpretação do Paul de Arzila — Sala de exposições polivalente.	50	40 €	Não aplicável	Não aplicável
	Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.	Centro de Acolhimento do Monte do Paio — Stº André — Salão.	30	25€/80€**	Não aplicável	25€/80€**
		Centro de Interpretação do Monte do Paio — Stº André — Sala 1.	40	40€/60€**	Não aplicável	Não aplicável
		Centro Experimental do Monte do Paio — Stº André — Sala 2.	20	25€/40€**	Não aplicável	25€/40€**

* Grupos alojados no Centro de Acolhimento do Monte do Paio

** Grupos não alojados no Centro de Acolhimento do Monte do Paio

1 — Aos valores indicados acresce IVA à taxa legal em vigor.

2 — Aos valores acima indicados são aplicáveis as isenções previstas no Anexo da tabela de reduções de preços, exceptuando o n.º 1 do III — Pessoas Singulares do referido Anexo;

3 — O dia pode ser dividido em Manhã (9h-13h) ou Tarde (14h-18h), com pagamento de 50 % do valor indicado.

4 — As salas polivalentes podem ser adaptadas para vários tipos de funções, desde reuniões, formações, apresentações e exposições, mediante consulta prévia

5 — A reserva é validada mediante o pagamento de um mínimo de 50 % da importância total, efectuado num prazo de 5 dias úteis após a marcação, sendo o restante pago no 1.º dia do evento.

ANEXO II

Alojamentos

DGAC	Área Protegida	Alojamento	Número de hóspedes	Preço/Noite (1 de Outubro a 31 de Março)	Preço/Noite (1 de Abril a 30 — Setembro)*
Norte	Parque Natural de Montesinho.	Casa-abrigo de Vila Meã	8	132€	95 €
		Casa-abrigo de Pontões de Dine	7	91€	85 €
		Casa-retiro das Termas do Tuela	6	142 €	104€
		Casa-retiro da Moimenta	11	207€	189€
		Casa da Moimenta	9	170 €	160 €
		Estúdio da Moimenta	2	38 €	33 €
		Casa - retiro de Montouto	12+2	245 €	236 €
		Casa do Forno	7	113 €	95 €
		Casa das Escadas	2	38 €	28 €
		Casa da Torre	4+1	85 €	75 €
		Casa-retiro de Montesinho	4	75 €	66 €

* Excepto feriados nacionais e fins-de-semana prolongados, e desde que implique uma reserva igual ou superior a 3 noites.

DGAC	Área Protegida	Alojamento	Número de hóspedes	Preço pax/Noite	Preço (grupos > 5 pax/noite)
Norte	Parque Natural do Alvão	Centro de Acolhimento de Arnal	12	12 €	49 €

DGAC	Área Protegida	Alojamento	Número de hóspedes	Preço 3 pax/noite	Preço 2 pax/noite
Norte	Parque Natural do Douro Internacional	Casa da Freixiosa	3	47 €	38 €

DGAC	Área Protegida	Alojamento	Número de hóspedes	Preço /Noite
Centro e Alto Alentejo	Parque Natural da Serra da Estrela . . .	Centro de Acolhimento das Penhas Douradas	20	283 €
		Casa do Poio Negro T1	2	38 €
		Casa do Poio Negro T2	4	75 €
		Casa de Videmonte.	10	71 € — casa 47 € — meia casa
	Parque Natural da Serra de São Mamede	Casa da Rabaça	8	143 € — casa 75 € — meia casa
	Parque Natural da Serra de São Mamede	Casa do Sever.	10	57 €
	Parque Natural da Serra de São Mamede	Casa do Moinho	3	132€
	Parque Natural da Serra de São Mamede	Casa do Guarda	3	57 €
				Preço pax/noite
	Reserva Natural da Serra da Malcata	Centro de Acolhimento de Penamacor (camaratas)	12	14 €
		Centro de Acolhimento de Penamacor (suite)	2	19 €
	Parque Natural da Serra de São Mamede	Centro de Acolhimento da Qtª dos Olhos d'Água	40	9 €*
	Parque Natural da Serra de São Mamede	Qtª dos Olhos d'Água (Quartos estagiários)	5	9 €*

*Suplemento de 9€/pax para toalha e roupa de cama

DGAC	Área Protegida	Alojamento	Número de hóspedes	*Preço pax/noite (Março/Abril/Julho/Dezembro)	**Preço pax/noite (restantes meses)
Centro e Alto Alentejo	Paisagem Protegida da Serra do Açor	Casa da Mata da Margaraça — Arganil	2	7 € sem roupa de cama 10 € com roupa de cama	5 € sem roupa de cama 8 € com roupa de cama

*Suplemento de 2€/toalha e de 4€/peça extra de roupa de cama

**Suplemento de 1€/toalha e de 3€/peça extra de roupa de cama
Suplemento de 5€/dia para lenha

DGAC	Área Protegida	Alojamento	Número de hóspedes	Preço /Noite
Litoral de Lisboa e Oeste	Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.	Centro de Acolhimento de Valverde	14	98 €
		Casa Grande de Vale de Ventos	8	121 €
		Casa Grande do Alto da Serra	8	121 €

DGAC	Área Protegida	Alojamento	Número de hóspedes	Preço /Noite
		Casa Pequena do Alto da Serra	4	60 €
		Parque de Campismo do Arrimal	50	2 € /pax + 1 €/tenda

DGAC	Área Protegida	Alojamento	Número de hóspedes	Preço /Noite (1 de Julho a 15 de Setembro, 31 de Dezembro a 1 de Janeiro, semanas do Carnaval, Páscoa e Natal)*	Preço /Noite (16 de Setembro a 30 de Junho)*
Zonas Húmidas	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim V. R. S. António.	Casa Cerro da Rocha	6	81 €	65 €
		Casa Cerro do Seixo	4	63 €	50 €

*Sem qualquer tipo de atalhados

1 — Aos valores indicados acresce IVA à taxa legal em vigor;
 2 — Aos valores acima indicados são aplicáveis as isenções previstas no Anexo da tabela de reduções de preços, exceptuando o n.º 1 do III — Pessoas Singulares do referido Anexo;

3 — A reserva é validada mediante o pagamento de um mínimo de 50 % da importância total, efectuado num prazo de 5 dias úteis após a marcação, sendo o restante pago aquando do levantamento da chave ou no 1.º dia de estadia.

ANEXO III

Entrada em estruturas de visitação

DGAC	Área Protegida	Centro de Educação Ambiental de Marim	Preço/pax
Sul	Parque Natural da Ria Formosa	Entrada Individual	2,50 €
		Entrada Individual — Cartão mensal.	10 €

DGAC	Área Protegida	Museu Oceanográfico Prof. Luiz Saldanha	Preço/pax
Litoral de Lisboa e Oeste.	Parque Natural da Arrábida	Entrada Individual	2€

DGAC	Área Protegida	Centro de Interpretação Subterrâneo da Gruta do Algar do Pena (CISGAP)	Preço/pax
Litoral de Lisboa e Oeste.	Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.	Entrada Individual	4 €
		Entrada — grupos escolares organizados — máx. 30 pax.	Preço/Grupo 90 €

DGAC	Área Classificada	Lagoa Pequena	Preço/pax
Zonas Húmidas. . .	ZPE- Lagoa Pequena (Lagoa de Albufeira).	Entrada Individual	2 €

1 — Valores isentos de IVA (n.º 13.º do artigo 9.º do CIVA)
 2 — Aos valores acima indicados são aplicáveis as isenções previstas no Anexo da tabela de reduções de preços, exceptuando o cartão mensal na Quinta de Marim (Parque Natural da Ria Formosa) e a entrada de grupos organizados (30pax/escolas) no CISGAP (Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros)
 3 — Encontram-se isentos de pagamento das entradas nas estruturas de visitação do ICNB, I. P., os residentes dos concelhos abrangidos pelas respectivas áreas protegidas, mediante apresentação de documento comprovativo da residência.

ANEXO IV

Aluguer/utilização de equipamentos

DGAC	Área Protegida	Aluguer Tripulado de Embarcação para visitas de investigação	Preço/4h
Sul	Parque Natural da Ria Formosa	Deslocações a locais entre a Barra Nova e a Fuzeta	81 €
		Deslocações a locais na zona poente da Barra Nova ou nascente da Fuzeta.	106 €
		Valor por hora adicional.	8 €
DGAC	Área Protegida	Utilização de refeitório e cozinha	Preço pax/dia
Centro e Alto Alentejo	Parque Natural da Serra de São Mamede	Centro de Acolhimento da Qtª dos Olhos d'Água	1,20 €
DGAC	Área Protegida	Utilização do pátio e instalações sanitárias	Preço/dia
Zonas Húmidas	Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.	Herdade do Monte do Paio — grupos organizados A entrada do grupo neste espaço, significa que a actividade a decorrer está automaticamente autorizada e dispensada do pagamento de taxa ao abrigo da Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março	165 €
DGAC	Área Protegida	Utilização de espaços exteriores e instalações sanitárias	Preço/dia
Zonas Húmidas	Reserva Natural do Estuário do Sado	Herdade da Mourisca — grupos organizados A entrada do grupo neste espaço, significa que a actividade a decorrer está automaticamente autorizada e dispensada do pagamento de taxa ao abrigo da Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março.	325 €
DGAC	Área Protegida	Observatório de Aves	Preço/pax/dia
Zonas Húmidas	Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António. Lagoa Temporária do Sapal de Venta Moínhos — Norte.	Até 2 pessoas	4€
		Até 5 pessoas	3€
		Até 10 pessoas	2€
		Observatório de Aves + Filme	
		Até 2 pessoas	6€
		Até 5 pessoas	5€
		Até 10 pessoas	4€
		Observatório de Aves + Binóculos	
		Até 2 pessoas	5€
		Até 5 pessoas	4€
		Até 10 pessoas	3€

DGAC	Área Protegida	Observatório de Aves	Preço/pax/dia
		Observatório de Aves + Binóculos + Filme	
		Até 2 pessoas	7€
		Até 5 pessoas	5€
		Até 10 pessoas	4€

1 — Aos valores indicados acresce IVA à taxa legal em vigor;

2 — A reserva é validada mediante o pagamento de um mínimo de 50 % da importância total, efectuado num prazo de 5 dias úteis após a marcação, sendo o restante pago no 1.º dia do evento.

ANEXO V

Tabela de reduções de preços

(Para cedência de utilização de auditórios e salas polivalentes, alojamentos, acesso e visita)

	Redução (%) Auditórios e Salas	Redução (%) Alojamentos	Redução (%) Acesso e visita
I — Pessoas colectivas localizadas ou com sede nas áreas protegidas			
1 — Entidades sem fins lucrativos, que tenham parcerias com o ICNB	80	Não se aplica	Não se aplica
2 — Entidades com fins lucrativos, que tenham parcerias com o ICNB	40	Não se aplica	Não se aplica
3 — Estabelecimentos de ensino (públicos ou privados), jardins-de-infância e outras entidades sem fins lucrativos	60	Não se aplica	60
4 — Outras entidades públicas, excepto estabelecimentos de ensino	30	Não se aplica	Não se aplica
II — Pessoas colectivas localizadas ou com sede fora das áreas protegidas			
1 — Entidades, sem fins lucrativos, que tenham parcerias com o ICNB	60	Não se aplica	Não se aplica
2 — Entidades com fins lucrativos que tenham parcerias com o ICNB	20	Não se aplica	Não se aplica
3 — Estabelecimentos de ensino (público ou privado), jardins-de-infância e outras entidades sem fins lucrativos	40	Não se aplica	40
4 — Outras entidades públicas, excepto estabelecimentos de ensino	15	Não se aplica	Não se aplica
III — Pessoas singulares			
1 — Residentes nas áreas protegidas (mediante apresentação de documento comprovativo da residência)	Não se aplica	Não se aplica	100
2 — Crianças com idade igual ou inferior a 6 anos	Não se aplica	Não se aplica	100
3 — Crianças com idade superior a 6 anos e igual ou inferior aos 18 anos	Não se aplica	Não se aplica	50
4 — Adultos com idade igual ou superior a 60 anos	Não se aplica	Não se aplica	30
5 — Funcionários do ICNB	Não se aplica	30	100
IV — Outras situações			
Em casos excepcionais e devidamente fundamentados em motivos de interesse público, podem, por despacho do Presidente, ser definidas outras isenções e reduções	A definir caso a caso	A definir caso a caso	A definir caso a caso

(a) As percentagens de redução de preços são efectuadas em função dos valores previstos nos anexos anteriores, arredondando-se o resultado obtido para a casa decimal superior.

(b) Por entidades que tenham parceria entendem-se todas as que dispõem de protocolos ou contratos celebrados com o ICNB para usufruir destes bens ou serviços

(c) Nas entidades sem fins lucrativos compreendem-se as IPSS, as organizações não governamentais e as associações de direito privado, sem fins lucrativos.

(d) As reduções previstas para as pessoas singulares não se aplicam quando a inscrição seja promovida por pessoas colectivas, aplicando-se, se for o caso, as reduções previstas para estas últimas.

204964331

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 15217/2011

Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho para a carreira de técnico superior

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 6.º e com o artigo 50.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), torna-se público

que, por deliberação de 21 de Julho de 2011, do Conselho Directivo da ACSS, I. P., está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso no *Diário da República*, um procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho para a carreira de técnico superior do mapa de pessoal desta ACSS, I. P. na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando integrado na Unidade Operacional de Licenciamento.

Para os efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro na redacção dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, declara-se não estarem constituídas